



RELATÓRIO DE GESTÃO CJRMB



Tribunal de Justiça Do Estado Pará
Corregedoria de Justiça da RMB

Biênio 2015/2017



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA

Relatório de Gestão **Biênio 2015/2017**

Corregedora de Justiça
Desembargadora Diracy Nunes Alves

BELEM – PARÁ – 2017



PRESIDENTE

Des. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO

VICE-PRESIDENTE

Des. RICARDO FERREIRA NUNES

CORREGEDORA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Des^a. DIRACY NUNES ALVES

CORREGEDORA DO INTERIOR

Des^a. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

CONSELHO DA MAGISTRATURA

CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO

MARIA EDWIGES DE M. LOBATO

RICARDO FERREIRA NUNES

MARIA FILOMENA DE A. BUARQUE

DIRACY NUNES ALVES

EDINÉA OLIVEIRA TAVARES

MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

DESEMBARGADORES

MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

RONALDO MARQUES VALLE

RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

GLEIDE PEREIRA DE MOURA

LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

VÂNIA V. DO C. FORTES BITAR CUNHA

MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

RAIMUNDO HOLANDA REIS

MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO

VERA ARAÚJO DE SOUZA

MARIA DE NAZARÉ S. GOUVEIA DOS SANTOS

MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

RICARDO FERREIRA NUNES

EDINÉA OLIVEIRA TAVARES

LEONARDO DE NORONHA TAVARES

LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

MARNEIDE TRINDADE PEREIRA MERABET

MAIRTON MARQUES CARNEIRO

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

EZILDA PASTANA MUTRAN

MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA

MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

GUIMARÃES

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR

NADJA NARA COBRA MEDA

DIRACY NUNES ALVES

SUMÁRIO

Mensagem da corregedora.....	8
Apresentação.....	10
Composição da Corregedoria.....	12
Organograma da CJRMB.....	15
Áreas de atuação.....	16
Correições Gerais	17
Correições Ordinárias e Extraordinárias - 2015.....	17
Correições Ordinárias e Extraordinárias - 2016.....	18
inspeções e auditorias realizadas.....	20
Atividades em destaque Biênio 2015/2017	21
1. Projeto Renovar.....	22
1.1. Trabalhos desenvolvidos na 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém.....	24
1.2. Trabalhos desenvolvidos na 9ª Vara Cível e Empresarial de Belém.....	27
2. Correição Virtual.....	29
3. Projeto Controle.....	33
4. Emissão de CPF juntamente com a Certidão de Nascimento.....	35
5. Unificação e atualização dos Processos de acesso, promoção e remoção dos Magistrados.....	36
6. Manuais de rotina de chefia de gabinete	37
7. Atualizações do código de normas dos serviços notariais e de registro.....	38
8. Limitação de venda de selos de segurança	39
9. Atualização das tabelas de emolumentos dos serviços notariais e de registro	40
10. Atualização do Manual de Rotinas de Acordo com o Novo CPC.....	40
CEJAI	41
Encontros do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil - ENCOGE	45
Provimentos Editados.....	51
Provimentos da Cjrmc:	51
Provimentos conjuntos CJRMB/CJCI:.....	52
Dados estatísticos.....	55
Agradecimentos.....	64

MENSAGEM DA CORREGEDORA



Desa. Diracy Nunes Alves

Em cumprimento ao dever institucional de expor aos jurisdicionados e aos órgãos e entidades públicas as atividades realizadas pela Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém, no foro judicial e extrajudicial, relativas ao biênio 2015/2017, bem como em atendimento aos princípios da eficiência e transparência, apresento este relatório de gestão.

Grande foi o desafio assumido ao receber a confiança de gerir durante este biênio a Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém. Cercada de profissionais competentes e comprometidos, entendo ter obtido resultados expressivos e contribuído para a melhoria da prestação jurisdicional do Poder Judiciário Paraense.

A brevidade do mandato exige planejamento das ações, de forma a otimizar os resultados e estabelecer as prioridades de atuação. Neste sentido, busquei dar continuidade às boas práticas já experimentadas em gestões anteriores e estabeleci novas ações, alinhadas ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

Poderia destacar o cenário nacional da economia, com reflexos diretos no orçamento do TJPA, como o principal obstáculo para a concretização de atividades e projetos avaliados como pertinentes. Contudo, o que antes pareceu dificuldade, foi estímulo a esta Corregedoria para encontrar alternativas econômicas e ousadas para suas realizações, de forma a propiciar aos próximos gestores novas práticas eficientes de auxílio às atividades de competência deste Órgão Correcional.

Registro que esta gestão foi marcada pela integração com a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, conduzida pela Excelentíssima Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho, propiciando melhor padronização da atividade jurisdicional no Estado do Pará.

A intensidade desse período e os resultados obtidos trazem a sensação de dever cumprido a todos que de alguma forma participaram desse desafio. Sabe-se que ainda há muito o que se fazer, mas, certamente, mais um grande passo foi dado.

APRESENTAÇÃO

A Corregedoria de Justiça é órgão fiscalizador disciplinar, que atua no controle e orientação dos serviços forenses, bem como, na coordenação e execução de políticas públicas voltadas à atividade correcional e ao bom desempenho da atividade judiciária do Tribunal de Justiça e dos magistrados do Estado.

O presente Relatório tem o intuito de demonstrar essas atividades desenvolvidas no biênio 2015/2017 pela Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém, sob a direção da Desembargadora Diracy Nunes Alves.

Os elementos necessários deste relatório foram fornecidos pelos respectivos setores e divisões da Corregedoria e que ficam fazendo parte deste relatório, despendida é a sua repetição, podendo qualquer dúvida ou omissão ser suprida a tempo.

O relatório se inicia com a composição da Corregedoria de Justiça, seu organograma atualizado e área de competência de atuação da Corregedoria Metropolitana.

Consta o levantamento de todas as correições gerais ordinárias e extraordinárias realizadas por iniciativa das Corregedorias, bem como as Inspeções realizadas durante o biênio.

Neste relatório poder-se-á observar, ainda, a implementação do Projeto Renovar, demonstrando o valoroso auxílio às Unidades

Judiciárias da Região Metropolitana de Belém, com os respectivos números de despachos e sentenças prolatados, evidenciando o grande sucesso da iniciativa.

Também será evidenciado o grande avanço alcançado pelas Corregedorias do Estado através do desenvolvimento e implantação da Correição Virtual, acelerando as atividades correccionais, bem como reduzindo o custo de suas realizações a quase zero.

Ainda, poderá ser visualizada a prioridade dada nesta gestão aos processos de movimentação da carreira dos magistrados, inclusive com edição de minuta de Resolução unificando e atualizando as normas internas sobre a matéria.

No âmbito das serventias extrajudiciais, estarão destacadas a diversas atualizações do Código de Normas e Serviços Notariais e de Registro.

São apresentados os dados estatísticos referentes às atividades internas da Corregedoria, divididos em Gabinete dos Juízes Corregedores, Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Secretaria Geral, e suas Divisões Judiciária e Administrativa.

Segue, ainda, um apanhado dos principais atos normativos expedidos no biênio, tal como os Provimentos, Provimentos Conjuntos e Ofícios Circulares, com os respectivos assuntos.

COMPOSIÇÃO DA CORREGEDORIA



- **CORREGEDORA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA**
Desembargadora DIRACY NUNES ALVES
- **GABINETE DAS JUÍZAS CORREGEDORAS:**
Juíza Corregedora LUANA DE NAZARETH A. HENRIQUES SANTALICES
Juíza Corregedora ANTONIETA MARIA FERRARI MILEO
- **GABINETE DO DESEMBARGADOR CORREGEDOR**
Chefe de Gabinete CLAUDIA RODRIGUES DA CUNHA
Analista Judiciário JUDITH PEREIRA GOMES VIEIRA
Assistente de Gabinete CELI REGINA CASTRO DA COSTA
- **ASSESSORIA JURÍDICA:**
ANDREA BODOWSKY COSTA
BIANCA PEREIRA MAIA

DANIELLE PANTOJA OLIVEIRA
FABIOLA INGRID RODRIGUES BARATA SANTOS
FRANCISCA EDILENE RIBEIRO VICENTE
LORENA MENDES DA SILVA (ASS. TÉCNICA ADMINISTRATIVA)
MARIO LUCIANO DE BARROS FIMA
MÔNICA CRISTINA DE AZEVEDO HONDA

- **ANALISTAS JUDICIÁRIOS:**

ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA
GISSANDRA MARIA ARAGÃO KLAUTAU LOBATO
LORENA RAMOS DO VALE
ROSANGELA DE CASTRO C. LARANJEIRA (CEJAI)
ROSEMARY FERREIRA DA SILVA
PATRÍCIA ALMEIDA YOKOYAMA (CEJAI)
PEDRO JOSÉ CÂMARA RODRIGUES
POLYANE COSTA PONTES QUEIROZ

- **SECRETARIA DA CORREGEDORIA DA REGIÃO METROPOLITANA:**

1) DIVISÃO JUDICIÁRIA:

Chefe de Divisão: MAGNA GLÓRIA GARCIA CAMPOS

1.1. SECRETARIA (Escrivania Judicial)

Diretor de Secretaria: SAMUEL GUIMARÃES FERREIRA
Analista Judiciário: CLAUDIANA HAGE DE OLIVEIRA MARTINS
Analista Judiciário: EDUARDO GLÁUCIO JERÔNIMO COSTA
Auxiliar Judiciário: ANGÉLICA DO SOCORRO C. L. RODRIGUES
Oficiala de Justiça: MARIA DULCE DO VALE CAMPOS
Oficiala de Justiça: SELMA DO SOCORRO LOPES PEDROSA
Oficial de Justiça: THYAGO ARAUJO DE SOUZA

1.2. SEÇÃO DE REGISTRO DAS ATIVIDADES JUDICIAIS

Chefe da Seção AMÉLIA BORGES PAIVA

2) DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Chefe de Divisão: JOCIRENE ADELAIDE MARQUES DE MORAES
Analista Judiciário: MAGNA MARGARETH DE ANDRADE PINHEIRO
MARIA DOS ANJOS MORAES

2.1. SEÇÃO DE PROTOCOLO, DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO

Chefe da Seção: HILBERTO DOS SANTOS DUARTE

3) AUXILIAR JUDICIÁRIO:

ALINE DA SILVA PAIXÃO (PROJETO RENOVAR)

ORLANDO RUY LOBO SARAIVA (PROJETO RENOVAR)

4) ESTAGIÁRIOS:

DANILO DOMINGUES BOTELHO DE ABREU

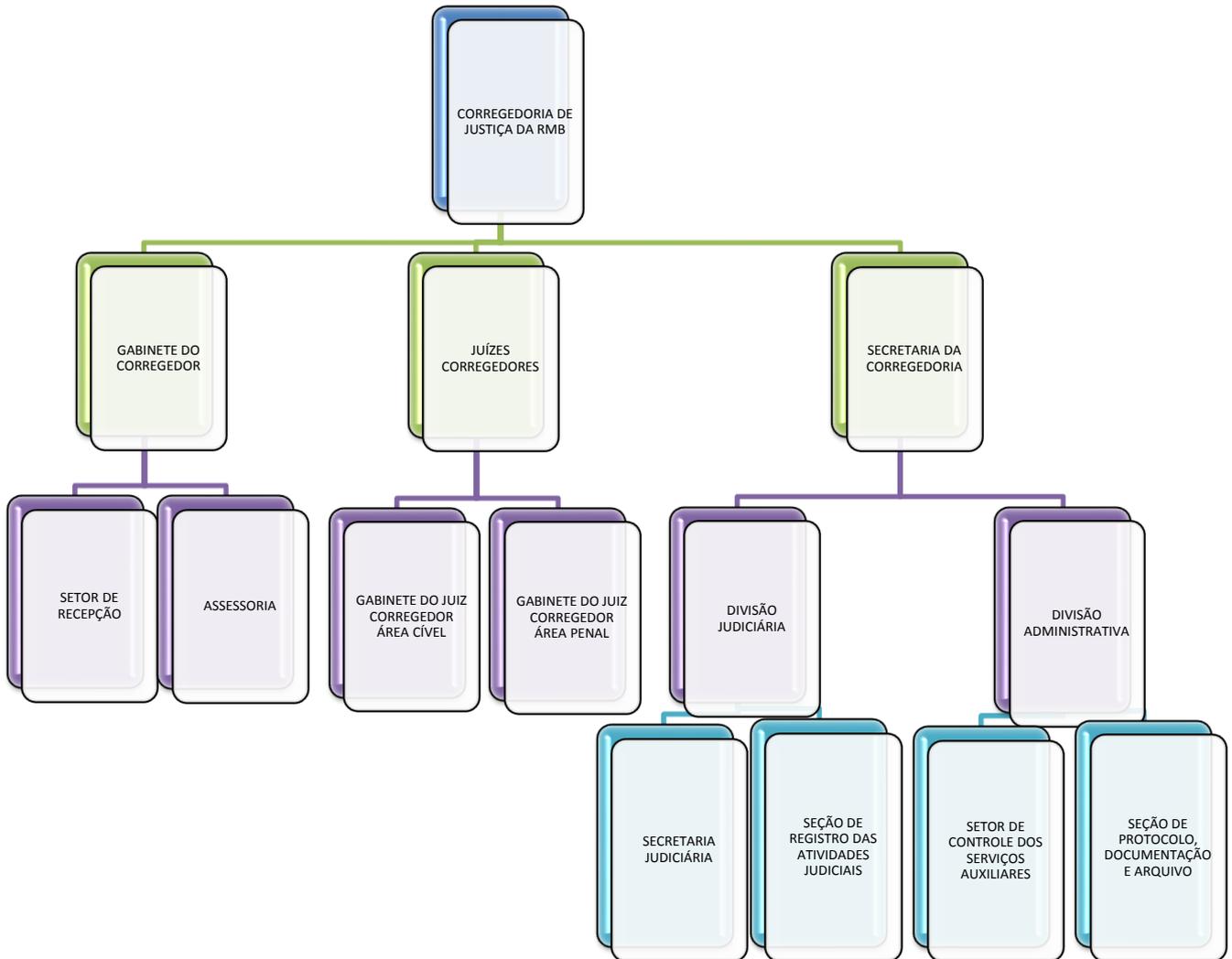
RAFAELA MIRALHA

5) COLABORADORES:

ALBÉLIA DE JESUS MACIEL COSTA

MIRACI DAS DORES DE SOUZA GOMES

ORGANOGRAMA DA CJRMB



ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém exerce atuação sobre o seguinte quantitativo de Comarcas e Juízes, no âmbito do Estado do Pará¹:

TOTAL DE COMARCAS ²	06
TOTAL DE COMARCAS DE 1ª ENTRÂNCIA	00
TOTAL DE COMARCAS DE 2ª ENTRÂNCIA	05
TOTAL DE JUIZADOS ESPECIAIS	32
TOTAL DE JUIZES DE 2ª ENTRÂNCIA	26
TOTAL DE JUIZES DE 3ª ENTRÂNCIA	90
TOTAL DE JUÍZES AUXILIARES	06
TOTAL DE JUÍZES SUBSTITUTOS COM ATUAÇÃO NO BIÊNIO	37
TOTAL DE JUIZES EM ATUAÇÃO NA RMB	167
TOTAL DE VARAS CÍVEIS	34
TOTAL DE VARAS PENAISS ³	26
TOTAL DE VARAS DISTRITAIS	08
TOTAL DE VARAS EM ANANINDEUA	13
TOTAL DE VARAS EM BENEVIDES	04
TOTAL DE VARAS EM MARITUBA	03
TOTAL DE VARAS EM CASTANHAL	06
TOTAL DE VARAS EM SANTA IZABEL	03
TOTAL DE VARAS DE AUDITORIA MILITAR	01

¹ Dados atualizados em 16.12.16

² Comarca de Belém e Distritos de Icoaraci e Mosqueiro, Comarca de Ananindeua, Comarca de Marituba, Comarca de Benevides (com jurisdição sobre o município de Santa Bárbara), Comarca de Santa Izabel e Castanhal.

³ Uma Vara de Inquérito Policial ainda não foi instalada.

CORREIÇÕES GERAIS

No biênio 2015/2017, cumprindo com as atribuições das Corregedorias de Justiça em realizar Correição Ordinárias e Extraordinárias, bem como Inspeções em Unidades Judiciais e Serventias Extrajudiciais, foi realizado cronograma a seguir apresentado.

Ressalte-se que, neste biênio, as Corregedorias alcançaram um importante avanço em relação ao tema, visto que implementaram a Correição Virtual, tendo como experiência inicial na Região Metropolitana as Varas de Juizado Especial Cível e Criminal de Icoaraci. O projeto será mais adiante detalhado.

CORREIÇÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS - 2015

	DATA	UNIDADE JUDICIÁRIA
01	10 a 12/03	2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci
02	17 a 19/03	Vara do Juizado Cível e Criminal de Mosqueiro
03	30/3 a 01/4	1ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua
04	30/3 a 01/4	1ª Vara Criminal de Ananindeua
05	07 a 09/4	2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua
06	07 a 09/4	3ª Vara Criminal de Ananindeua
07	14 a 16/4	Vara de Fazenda Pública de Ananindeua
08	14 a 16/4	5ª Vara Criminal de Ananindeua
09	05 a 07/5	1ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel
10	05 a 07/5	Vara Criminal de Santa Izabel
11	12 a 14/5	2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal
12	12 a 14/5	3ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal
13	19 a 21/5	Vara Agrária de Castanhal
14	19 a 21/5	Juizado Criminal Ambiental de Castanhal

15	01 a 08/06	1ª Vara de Execuções Penais de Capital – <i>Extraordinária</i>
16	15 a 19/6	2ª Vara de Execuções Penais de Capital – <i>Extraordinária</i>
17	04 a 06/8	2ª Vara da Infância e da Juventude – Infracional
18	04 a 06/8	3ª Vara da Infância e da Juventude – Exec. de Med. Prot. e Sócio Educativas
19	11 a 13/8	2ª Vara de Execução Fiscal da Capital
20	18 a 20/8	1ª Vara Cível e Empresarial da Capital
21	18 a 20/8	5ª Vara Criminal da Capital
22	01 a 03/9	3ª Vara Cível e Empresarial da Capital
23	01 a 03/9	10ª Vara Criminal da Capital
24	08 a 10/9	5ª Vara Cível e Empresarial da Capital
25	08 a 10/9	1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
26	15 a 17/9	7ª Vara Cível e Empresarial da Capital
27	15 a 17/9	Vara de Carta Precatória Criminal da Capital
28	22 a 24/9	6ª Vara Cível e Empresarial da Capital – <i>Extraordinária</i>
29	22 a 24/9	7ª Vara Cível e Empresarial da Capital – <i>Extraordinária</i>
30	13 a 15/10	5ª Vara de Família da Capital
31	13 a 15/10	7ª Vara de Família da Capital
32	10 a 12/11	3ª Vara do Juizado Especial Cível
33	10 a 12/11	9ª Vara do Juizado Especial Cível
34	01 a 03/12	13ª Vara Cível e Empresarial de Belém – <i>Extraordinária</i>

CORREIÇÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS - 2016

	DATA	UNIDADE JUDICIÁRIA
01	15 a 17/03	2ª Vara Cível e Empresarial de Marituba
02	15 a 17/03	Juizado Especial Cível e Criminal de Marituba
03	21 a 23/03	4ª Vara da Infância e Juventude de Belém – antigo CIAA
04	29 a 31/03	2ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel
05	29 a 31/03	Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel
06	05 a 07/04	Vara Cível e Criminal de Mosqueiro

07	12 a 14/04	2ª Vara Cível e Empresarial de Benevides
08	12 a 14/04	Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Bárbara
09	18 a 20/04	1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal
10	26 a 28/04	1ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua
11	26 a 28/04	2ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua
12	03 a 05/05	3ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua
13	03 a 05/05	Vara do Juizado Especial Criminal de Ananindeua
14	10 a 12/05	4ª Vara Cível e Empresarial de Belém
15	10 a 12/05	1ª Vara Criminal de Belém
16	17 a 19/05	9ª Vara Cível e Empresarial de Belém
17	17 a 19/05	2ª Vara Criminal de Belém
18	31/05 a 02/06	1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso
19	31/05 a 02/06	2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso
20	07 a 09/06	1ª Vara de Fazenda de Belém
21	07 a 09/06	2ª Vara de Fazenda de Belém
22	14 a 16/06	1ª Vara de Família de Belém
23	21 a 23/06	10ª Vara Cível e Empresarial de Belém
24	09 a 11/08	Vara de Crimes contra Criança e Adolescente de Belém
25	16 a 18/08	Turma Recursal dos Juizados Especiais
26	23 a 25/08	Vara do Juizado Especial Cível de Acidentes de Trânsito
27	13 a 15/09	1ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci
28	20 a 22/09	1ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém
29	20 a 22/09	1ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém
30	27 a 29/09	6ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém
31	27 a 29/09	Vara do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente
32	04 a 06/10	2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém
33	04 a 06/10	3ª Vara do Juizado Especial Criminal de

		Belém
34	18 a 20/10	4ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém
35	18 a 20/10	5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém
36	25 a 27/10	Vara de Carta Precatória Cível de Belém
37	25 a 27/10	3ª Vara de Execução Fiscal de Belém
38	08 a 10/11	2ª Vara de Família de Belém
39	08 a 10/11	3ª Vara de Família de Belém
40	22 a 24/11	Vara do Juizado Especial Cível de Icoaraci – Correição Virtual
41	22 a 24/11	Vara do Juizado Especial Criminal de Icoaraci - Correição Virtual
42	29, 30/11 e 01/12	1ª Vara Criminal de Icoaraci
43	05 a 07/12	1ª Vara de Família de Ananindeua - Extraordinária
44	05 a 07/12	2ª Vara de Família de Ananindeua - Extraordinária

INSPEÇÕES E AUDITORIAS REALIZADAS

	DATA	SERVENTIA EXTRAJUDICIAL
01	26/06/15	Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital
02	16/11/15	5ª Vara Cível e Empresarial de Belém
03	08/09/16	Cartório do 1º Ofício de Registro Civil da Comarca da Capital

ATIVIDADES EM DESTAQUE BIÊNIO 2015/2017



1. PROJETO RENOVAR

Tendo em vista os problemas enfrentados pelo Judiciário paraense, tais quais a morosidade, a excessiva burocracia, a falta de capacidade gerencial nas unidades judiciais, entre outros, que refletem diretamente nas taxas de congestionamento das Unidades Judiciais, a Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém, visando contribuir para a mudança de paradigma na atuação jurisdicional, apresentou ainda no início da gestão o “Projeto Renovar”, associado às metas locais e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a fim de atender os anseios da sociedade por justiça acessível, célere e eficaz.

O Renovar é um projeto adaptado a partir do Projeto Atualizar, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, reconhecido como boa prática pelo Conselho Nacional de Justiça.

O projeto tem a participação dos servidores da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e de servidores das Unidades Judiciárias contempladas, sob supervisão do juiz do local, no que tange aos recursos humanos. Como recursos tecnológicos e materiais, são utilizadas as dependências e equipamentos já existentes em cada Unidade. Portanto, com custo reduzido para sua realização.

A metodologia utilizada no projeto é de intervenção. O grupo de servidores da Corregedoria, em conjunto com os servidores das varas, aplicam nas unidades um método de organização física do espaço da unidade judicial (gabinete e secretaria), bem como do acervo e, ainda, implementam um modelo de gestão/funcionamento padrão da unidade judiciária.

Ainda, durante o período de permanência do projeto na Unidade Judicial, o gabinete recebe apoio com as decisões de menor complexidade:

Área Cível: Revisionais e Consignatórias, Reintegração de Posse c/c Revisão de Cláusulas Contratuais (veículos), Declaratória de Inexistência de Débito, Busca e Apreensão (Decreto-Lei 911/69), Cobrança (DPVAT), Monitória, Exibição de Documentos, Alimentos, Divórcio, Homologação de Acordo (todas as naturezas) e Sem Resolução de Mérito (todas as naturezas - abandono/desistência/perda do objeto).

Área Criminal: Furto, Roubo (exceto na modalidade latrocínio), Recepção, Porte e Posse Ilegal de arma de fogo, Crimes de Trânsito, Violência Doméstica, Lesão Corporal, Dano, Uso de Documento Falso, Arquivamento de Inquéritos, Reconhecimento de Prescrição e Extinção da Punibilidade.

A intervenção na unidade é dividida em três etapas: 1) Diagnóstico; 2) Envio de processos para o Arquivo Geral; 3) Juntada de petições e padronização dos processos; 4) Organização da Secretaria da Unidade Judiciária.

Ao final de cada etapa, são remetidos os relatórios de acompanhamento à Coordenação do Projeto. Após 06 (seis) meses de conclusão da unidade judicial, a equipe retorna à Vara contemplada para avaliação da continuidade das práticas iniciadas na respectiva Unidade Judicial, elaborando relatório de avaliação do Projeto.

O Projeto RENOVAR foi implementado como piloto na 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém, de modo que as etapas se desenvolveram sem um cronograma fechado, em razão do ineditismo da atividade no âmbito deste Tribunal, bem como a limitada disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda de servidores inicialmente planejada para trabalharem exclusivamente nesta atividade.

Assim, o cronograma inicialmente proposto que seria de aproximadamente 2 meses de permanência do Projeto em cada Unidade Judicial teve que ser readequado, passando a seguinte previsão:

UNIDADES JUDICIÁRIAS	PRAZOS DE PERMANÊNCIA NA UNIDADE JUDICIÁRIA
3ª Vara Cível e Empresarial de Belém	8 meses (finalizado)
9ª Varas Cível e Empresarial de Belém	6 meses (em andamento)
7ª Varas Cível e Empresarial de Belém	3 meses
10ª Varas Cível e Empresarial de Belém	3 meses
11ª Varas Cível e Empresarial de Belém	3 meses
13ª Varas Cível e Empresarial de Belém	2 meses

1.1. TRABALHOS DESENVOLVIDOS NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM

O Projeto Renovar atuou na Unidade Judiciária no período de 20 de novembro de 2015 a 18 de julho de 2016.

Na fase preliminar, foi realizado levantamento estatístico através do sistema LIBRA do acervo processual. A Vara possuía em acervo o total de 8.625 processos, dos quais 7.321 ativos e 1.304 inativos. Existiam 6.708 em tramitação (incluindo os julgados). Do total de processos em tramitação, 3.851 estavam sem movimentação há mais de cem dias e 657 processos em gabinete há mais de cem dias. 2.768 petições estavam pendentes de juntada.

Na segunda fase, todos os processos que estavam em secretaria foram verificados o recolhimento das custas finais e certidão do trânsito em julgado. Os que estavam com custas finais pendentes, foram encaminhados à UNAJ e em seguida expedidos atos ordinatórios para intimar as partes para o recolhimento das custas. Nesta Vara, foi arrecadado mais de R\$30.000,00 em custas processuais de processos que seriam arquivados sem este recolhimento.

Foram emitidas certidões de trânsito em julgado. Foram encaminhados 1.669 processos para o arquivo geral.

Com o auxílio do serviço de Engenharia do TJ foram realizadas modificações do *layout* físico da secretaria, de modo a propiciar melhor ambiente de trabalho, tanto em relação ao espaço quanto em relação a nova dinâmica de organização de processos apresentada pelo Projeto.

Na secretaria, antes da intervenção do Projeto, os processos estavam acondicionados em caixas de plásticos em estantes de ferro colocadas de forma horizontal e identificadas na frente, de acordo com a fase processual (aguardando manifestação, expedir ofícios, carta precatória, remessa ao MP e a DP, etc.)

Assim, na terceira fase, foi realizada a padronização com a nova disposição dos processos, ainda acondicionados em caixas de plástico, só que agora de forma vertical e nas cores amarela, cinza, verde, azul e vermelha, com cada cor representando uma categoria: prazo, cumprimento, remessa, processos volumosos e petições pendentes de juntada.

Na quarta e última fase, todos os processos da secretaria e parte dos que estavam no gabinete receberam etiquetas na lateral/vertical com os respectivos números e aproximadamente 900 processos tiveram suas capas substituídas por novas. Nessa fase foram juntadas 2.251 petições, produzidas 1.990 certidões, 444 atos ordinatórios, 637 despachos, 542 sentenças e realizadas 14.743 tramitações.

ANTES



DEPOIS



1.2. TRABALHOS DESENVOLVIDOS NA 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM

O Projeto Renovar começou a atuar na Unidade Judiciária no dia 19 de julho de 2016 com término previsto para o dia 31 de janeiro de 2017.

Na fase preliminar, o levantamento estatístico através do sistema LIBRA do acervo processual demonstrou que a Vara possuía em acervo total de 7.609 processos, dos quais 6.718 ativos e 891 inativos. Existiam 6.542 em tramitação (incluindo os julgados). Do total de processos em tramitação, 2.196 estavam sem movimentação há mais de cem dias e 303 processos em gabinete há mais de cem dias. 2.626 petições estavam pendentes de juntada.

Na segunda fase, referente a verificação do recolhimento das custas finais e certidão do trânsito em julgado. Os que estavam com custas finais pendentes foram encaminhados à UNAJ e em seguida expedidos atos ordinatórios para intimar as partes para o recolhimento das custas. Foram emitidas certidões de trânsito em julgado. Foram encaminhados 875 processos para o arquivo geral.

Na terceira fase, procedemos à guarda dos processos nas suas respectivas caixas e à reorganização das petições, conforme já explanado.

Na quarta e última fase, ainda em andamento, estão sendo substituídas capas de alguns processos e colocadas etiquetas na lateral/vertical com os respectivos números. Nessa fase, até o dia 14.12.2016, foram juntadas 1.636 petições, produzidas 844 certidões,

274 atos ordinatórios, 222 despachos, 303 sentenças, 11 decisões interlocutórias e realizadas 4.874 tramitações.

2. CORREIÇÃO VIRTUAL



PODER JUDICIÁRIO Correção Web
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Administração

Acesso ao Sistema

Login

Usuário:

Senha:

Entrar

Tela de acesso ao sistema

Visando trazer celeridade e economia para as atividades correcionais, a Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém buscou no ano corrente a implantação da Correição Virtual e, em parceria com a Corregedoria das Comarcas do Interior, realizou diversas reuniões com a Secretaria de Informática, visando uma efetiva utilização dessa importante ferramenta na fiscalização das unidades judiciais.

Na primeira etapa, foram discutidos o teor do relatório virtual, a forma de apresentação junto às unidades, a praticidade de utilização e a base de dados de coleta de informações.

Em um segundo ato, passou-se a regulamentação da Correição Virtual e formulação das orientações necessárias à sua efetiva execução, tendo sido expedido o Provimento Conjunto nº 09/2016 – CJRMB/CJCI.

Conforme art. 3º do Provimento citado, nas correições virtuais, verificar-se-á, precipuamente:

I – As tramitações internas;

- II – As tramitações externas;
- III – A tramitação dos processos de forma prioritária, nos termos da legislação vigente;
- IV – As informações de qualificação das partes;
- V - O registro das audiências;
- VI – O lançamento de todos os atos processuais;
- VII – Cadastro no sistema, com transmissão eletrônica, dos mandados de prisão, alvarás de soltura e das guias de execução provisória e definitiva;
- VIII – Cadastro dos eventos de prisão e soltura de réus com suas respectivas datas e tipos.
- IX – A comunicação à Justiça Eleitoral das sentenças criminais condenatórias transitadas em julgado.
- X – O cadastro dos atos processuais ordinatórios;
- XI – Priorização do arquivamento de processos, tão logo estejam encerrados e aptos ao arquivamento;
- XII – Publicação diária da resenha dos atos processuais no Diário da Justiça Eletrônico (DJe);
- XIII – Cadastro de despacho, decisões e sentenças, na íntegra;
- XIV – Cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- XV – Realização da correição ordinária anual pelo juiz de direito;
- XVI – Quadro funcional da unidade judiciária;
- XVII – Cadastro de informações nos sistemas estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça;
- XVIII – Análise dos indicadores de desempenho da unidade judiciária;

XIV – Outros dados e/ou informações no interesse da unidade judiciária ou da Corregedoria competente.

Para execução inicial, foram escolhidas as 1ª e 2ª Varas Cíveis de Icoaraci, para onde foram expedidos e-mails comunicando a data e fornecendo as orientações acerca do novo procedimento.

O novo método correcional é realizado à distância, nas dependências da Corregedoria, de onde os servidores e magistrados do Órgão Correcional acessarão os dados da Unidade Judicial correcionada e dos processos a serem analisados por meio dos Sistemas de Gerenciamento de Processos do 1º Grau (LIBRA, PROJUDI ou PJE).

A correição virtual importa em redução de tempo e custos, por não precisar do deslocamento de juízes e servidores até as unidades. O trabalho presencial ficará restrito aos casos de correições extraordinárias ou que requeiram intervenção local da Corregedoria.

Os trabalhos correcionais vão abarcar processos antigos e novos e verificar a taxa de congestionamento do julgamento e baixa dos processos, o tempo médio de tramitação de sentenças, mandados e despachos. Conforme os dados apurados serão produzidos relatórios e, com base nesses, recomendações ao juiz gestor da unidade. Apenas se verificada a necessidade, os representantes da Corregedoria vão ao local para análise de eventuais problemas, porventura detectados.

Central de Gestão das Correições

Lista de Correições Cadastradas

Data Inicio	Origem Correicionado	Data Conclusão	Status		
22/11/2016	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DE ICOARACI		Respondido		
22/11/2016	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ICOARACI		Respondido		
10/05/2016	4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		Respondido		
19/04/2016	1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM		Recomendações Feitas		

🔍 ⚙️ << << | PÁgina 1 | >> >> Ver 1 - 4 de 4

Dados Complementares

Criar Nova Correição

Excluir Correição

Editar Correição

Visualizar Respostas Correição

Finalizar Recomendações

Concluir Correição

Gerar Relatório

Relatório de Respostas Recusadas

Lista de correições cadastradas

10 - REALIZAÇÃO DE CORREIÇÃO ANUAL	
10.1 - É cumprido o art. 11 do Prov. 004/20017 (Realização de Correção Anual na UJ, pelo Juiz de Direito) ☑ Sim	 Complementações  Recomendações  Anexos  Nova Recomendação
11 - QUADRO FUNCIONAL	
11.1 - Quem são os colaboradores da Secretaria e do Gabinete? (Anexar a lista do quadro funcional da UJ)	 Complementações  Recomendações  Anexos  Nova Recomendação
12 - SISTEMAS CNJ	
12.1 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implicue Inelegibilidade, são inseridos e atualizados regularmente? ☑ Não se aplica	 Complementações  Recomendações  Anexos  Nova Recomendação
12.2 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais, são inseridos e atualizados regularmente? ☑ Não se aplica	 Complementações  Recomendações  Anexos  Nova Recomendação
12.3 - Os dados do Sistema Nacional de Bens Apreendidos, são inseridos e atualizados regularmente? ☑ Não se aplica	 Complementações  Recomendações  Anexos  Nova Recomendação
12.4 - Os dados do Sistema Nacional de Controle de Interceptações, são inseridos e atualizados regularmente? ☑ Não se aplica	 Complementações  Recomendações  Anexos  Nova Recomendação
12.5 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Adoção, são inseridos e atualizados regularmente? ☑ Não se aplica	 Complementações  Recomendações  Anexos  Nova Recomendação

Parte do Formulário a ser preenchido pela Unidade Correionada

3. PROJETO CONTROLE

O projeto permite o acompanhamento diário de todas as unidades judiciais do Estado pelas Corregedorias desta Corte, de forma a possibilitar contínua fiscalização do cenário geral do acervo processual. As informações são atualizadas diariamente e são visualizadas em televisões instaladas nas Corregedorias do Interior e da Região Metropolitana de Belém.

As informações denotam diversos indicativos tais como:

- processos paralisados há mais de 100 dias na unidade judicial;
- tempo de duração dos processos;
- processos paralisados há mais de 100 dias em Gabinete;
- outras informações fundamentais para que a Corregedorias façam um trabalho preventivo e corretivo nas unidades judiciais de todo o Estado.

Para efetivação do projeto, foi desenvolvido pela Secretaria de Informática do TJPA sistema de indicativos, com base na experiência da Corregedoria de Justiça do Tribunal de Goiás. Para cada indicativo, são evidenciadas as unidades que estão na média, abaixo e acima da média, de forma que as Corregedorias possam adotar estratégias inteligentes e monitorar de perto as unidades mais preocupantes, bem como verificar o bom trabalho feito nas unidades acima da média e replicar as estratégias adotadas nestas unidades em outras semelhantes.

Para segunda etapa de implantação, está previsto que o sistema emita alertas mensais automáticas às Unidades Judiciárias abaixo da média Estadual e gere relatórios gerenciais trimestrais às Corregedorias de Justiça acerca das Unidades recorrentes abaixo da média. Ainda, que os indicadores fiquem expostos em televisores instalados nas Corregedorias.

4. EMISSÃO DE CPF JUNTAMENTE COM A CERTIDÃO DE NASCIMENTO

O Tribunal de Justiça do Estado Pará, através da Vice-Presidência e Corregedorias de Justiça, realizou reuniões com representantes da Receita Federal e Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen) visando adoção de medidas de incentivo aos Cartórios de Registro Civil do Estado para aderirem ao processo de emissão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF juntamente com a Certidão de Nascimento.

A Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Brasil (Arpen) e a Receita Federal criaram um sistema único para o registro do CPF logo na emissão da certidão de nascimento, facilitando e acelerando o processo de registro dos brasileiros.

Este procedimento já é realizado em cartórios de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e em alguns outros estados; No Pará, já conta com diversas adesões, a exemplo dos municípios de Castanhal, Aurora do Pará, Bragança, Monte Alegre, Uruará e Belém.

A parceria com os cartórios para emitir o CPF junto com a certidão de nascimento, além de assegurar cidadania efetiva aos brasileiros desde sua infância, traz comodidade e gratuidade ao serviço, bem como previne fraudes e problemas causados por homônimos e atende à demanda da população mais pobre, que precisa do CPF para que os filhos acessem os benefícios sociais públicos.

5. UNIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ACESSO, PROMOÇÃO E REMOÇÃO DOS MAGISTRADOS

Entendendo pela importância da presença do juiz titular nas Unidades Judiciais, de forma a garantir a continuidade da prestação jurisdicional e facilitar a gestão do local, nesta gestão foi dada prioridade aos processos de movimentação da carreira dos magistrados do TJPA.

Assim, além da conclusão de todos os editais publicados, diante da necessidade de imprimir celeridade aos processos de movimentação da carreira de magistrados do TJPA, as Corregedorias apresentaram à Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos do Tribunal de Justiça do Estado Pará minuta de Resolução que dispõe sobre o processo de promoção e de ascensão ao Tribunal (2º grau) pelos critérios de merecimento e de antiguidade, e de remoção pelo critério de antiguidade, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

A minuta apresentada foi resultado de elaboração colaborativa por todos os magistrados do Estado, aos quais foi oportunizado encaminhamento de sugestões referentes ao tema, bem como por todos os setores envolvidos no procedimento.

Quando da aprovação pelo Tribunal Pleno, o Tribunal do Pará terá o procedimento unificado em apenas um normativo, integralmente alinhado aos termos da Resolução nº 106 do Conselho Nacional de Justiça.

6. MANUAIS DE ROTINA DE CHEFIA DE GABINETE

As Chefias de Gabinete da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém, Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior e Vice-Presidência, entendendo pela necessidade de padronização de atividades rotineiras no âmbito das Chefias de Gabinete, elaboraram manuais das principais rotinas de trabalho que realizam de forma semelhante.

Os manuais, além de proporcionarem a padronização de rotinas, contribuem para continuidade dos serviços realizados, especialmente quando do término dos mandados dos gestores e recomposição da equipe.

Ressalte-se que, devido as peculiaridades do trabalho realizado pela Chefia de Gabinete da Presidência do TJPA, restou deliberado não inclusão desta nos Manuais de Rotina elaborados.

Como produto, tem-se os manuais abaixo destacados, os quais foram encaminhados à Secretaria de Controle Interno, para validação institucional.

- Manual “Organizar agenda do Desembargador Dirigente”
- Manual “Organizar reunião de trabalho”
- Manual “Providenciar viagem”
- Manual “Realizar atendimento”
- Manual “Leitura de diários e informativos”
- Manual “Substituição de desembargador dirigente”

7. ATUALIZAÇÕES DO CÓDIGO DE NORMAS DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

Depois de publicado o Código de Normas dos Serviços Notarias e de Registro do Estado do Pará, as Corregedorias, de forma colaborativa com os setores envolvidos e com sugestões recebidas dos cartórios extrajudiciais, realizaram importantes e necessárias atualizações do documento através dos seguintes Provimentos Conjuntos:

- Provimento Conjunto nº 006/2015-CJRMB/CJCI - Acrescenta um parágrafo ao art. 834 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, e o parágrafo único passa a ser o § 2º do referido dispositivo;
- Provimento Conjunto nº 007/2015-CJRMB/CJCI - Altera os artigos 2º e 3º do Provimento Conjunto nº 017/2014-CJRMB/CJCI e os artigos 132 e 133 do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais e dá outras providências;
- Provimento Conjunto nº 001/2016-CJRMB/CJCI – alteração do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará;
- Provimento Conjunto nº 003/2016-CJRMB/CJCI - _alteração do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará;
- Provimento Conjunto nº 005/2016-CJRMB/CJCI - Acrescenta parágrafos ao artigo 38 e parágrafo único ao artigo 139 do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais e dá outras providências.

8. LIMITAÇÃO DE VENDA DE SELOS DE SEGURANÇA

Visando a limitação de venda de selos de segurança como instrumento de racionalização de despesas e de controle e fiscalização dos cartórios extrajudiciais no cumprimento das obrigações previstas na Lei Estadual n.º 6.094, de 17 de dezembro de 1997, as Corregedorias de Justiça publicaram o Provimento Conjunto nº 08/2015-CJRMB/CJCI, alterado pelo Provimento Conjunto nº 14/2016-CJRMB/CJCI.

Destaca-se o §1º do art. 1º do Provimento, o qual autoriza a suspensão do fornecimento de selos para os Cartórios com inadimplência superior a 3 (três) meses (período estabelecido após a publicação do Provimento Conjunto nº 14/2016-CJRMB/CJCI).

Tal medida colaborou demasiadamente à redução de inadimplências na prestação de contas mensal a que os Cartórios são obrigados, bem como na arrecadação pertinente ao Fundo de Reaparelhamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

9. ATUALIZAÇÃO DAS TABELAS DE EMOLUMENTOS DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

Através do Provimento Conjunto nº 15/2016-CJRMB/CJCI, foi realizada a atualização monetária das Tabelas de Emolumentos anexas à Lei Estadual nº 8331/2015, de 29 de dezembro de 2015, relativas aos emolumentos devidos pela prática dos atos notariais e de registro no Estado, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de dezembro de 2015 a novembro de 2016.

10. ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE ROTINAS DE ACORDO COM O NOVO CPC

Com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, foi realizada revisão e atualização do Manual de Rotinas referente ao Processo Civil – Rito Ordinário – de forma a auxiliar nas atividades das Unidades Judiciais frente ao novo diploma legal.

Dentre outras rotinas, o Manual orienta quanto ao protocolo, recolhimento de custas, atos dos diretores de secretaria, prazos e suas contagens, tramitações dos processos e audiências.

CEJAI

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional foi criada pela Resolução 014/1994 - GP, exercendo as atribuições de Autoridade Central Administrativa Estadual, prevista na Convenção de Haia em 27.05.1993, conforme estabelecido pelo Decreto Federal de nº 3.174/94, sempre presidida pelo Desembargador Corregedor de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Nesta Gestão, ao iniciar o biênio, além das tarefas a serem cumpridas pelo Regimento Interno, entre as quais destacam-se a de presidir julgamentos em sessões ordinárias dos pedidos de habilitações de estrangeiros, residentes e domiciliados fora do País, interessados na adoção de crianças e adolescentes brasileiros, buscou-se o conhecimento dos abrigos da Região Metropolitana de Belém e identificação do futuro dos adolescentes que completavam a maior idade, não podendo mais continuar abrigados.

Desta forma, foi cumprido calendário de visitas institucionais aos abrigos com o objetivo de verificar a situação atual das crianças abrigadas, bem como as pendências nos trâmites processuais, entre outros.

Os abrigos visitados pela Comissão e Técnicas foram:

- Espaço de Acolhimento Infantil;
- Abrigo Especial Calabriano;
- Abrigo Raio de Luz – Centro de Valorização da Criança;
- Casa Lar Cordeirinho de Deus;
- Abrigo Dulce Acicioli;

- Abrigo Ronaldo Araújo (Icoaraci);
- Espaço de Acolhimento Euclides Coelho;
- Serviço de Acolhimento Infantil e de Adolescentes (Ananindeua);
- Casa Lar Girassol (Marituba);
- Centro de Acolhimento Municipal para criança e adolescente – CEAMCA (Castanhal);
- Lar Acolhedor Tia Socorro (Mosqueiro);
- Assistência e Recuperação de Crianças e Adolescentes (Sta. Izabel).



Ainda, foi realizada a II caminhada pelo Direito de Ser Filho, em 24 de Maio de 2015, em comemoração ao Dia Nacional da Adoção, instituído pela Lei nº

10.447/02, contando com os seguintes parceiros: TJE/PA, Ministério Público, Varas da Infância da Região Metropolitana de Belém, Grupo Renascer, AMEPA e OAB/PA.

O objetivo da caminhada era sensibilizar a sociedade e o poder público para a prioridade absoluta à situação de crianças e

adolescentes que estão em instituições de acolhimento, a fim de lhes garantir o acesso à convivência familiar e comunitária.

Foram feitas parcerias com o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e a Escola Salesiana do Trabalho.

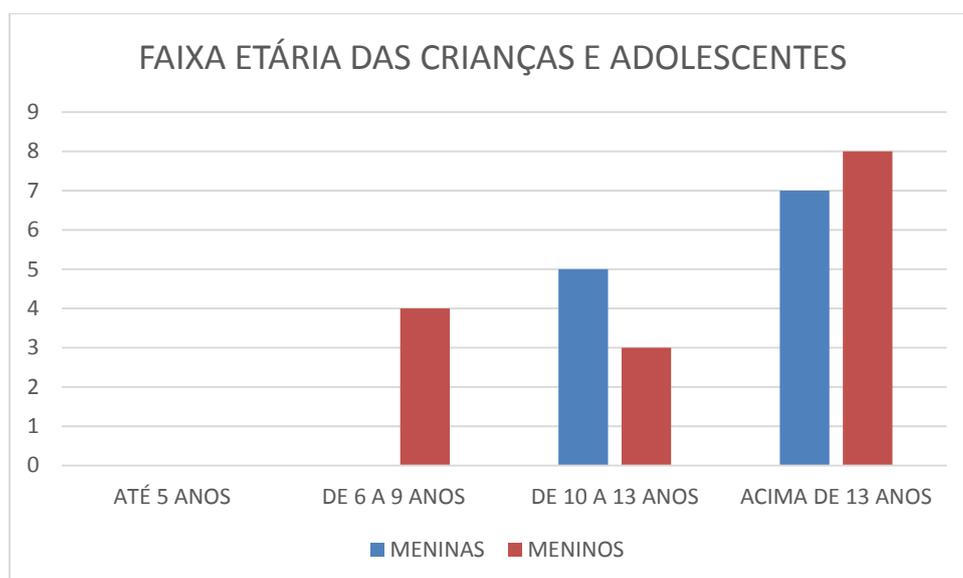
A Escola Salesiana do Trabalho ofertou para adolescentes abrigados/assistidos pelo CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social/ CRAS - Centro de Referência da Assistência Social , cursos profissionalizantes de Elétrica, Auxiliar Administrativo e Refrigeração. Foram inscritos 7 (sete) alunos, bem como Curso de manutenção de Computador, com 10 (dez) inscritos.

O SENAI ofereceu o curso de Operador de Computação para adolescentes oriundos do CREAS/CRAS. Total de inscrições 46.



DADOS ESTATÍSTICOS - ADOÇÃO INTERNACIONAL:

CRIANÇAS/ADOLESCENTES PARA ADOÇÃO INTERNACIONAL	ATÉ 5 ANOS	DE 6 A 9 ANOS	DE 10 A 13 ANOS	ACIMA DE 13 ANOS
MENINAS	0	0	5	7
MENINOS	0	4	3	8
* Adolescentes com deficiência/ limitações do total dos 27 disponíveis				12



PRETENDENTES HABILITADOS	ANO 2015	ANO 2016
QUANTITATIVO DE HABILITAÇÕES	1	1

PAÍS DE ACOLHIDA	EUA	FRANÇA	ITÁLIA	ESPANHA
ORIGEM DAS HABILITAÇÕES	1	0	1	0

TOTAL DE RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO PÓS ADOTIVOS RECEBIDOS E ANALISADOS EM SESSÃO:	
ITÁLIA	4
EUA	2
TOTAL DE SESSÕES ORDINÁRIAS	9

Encontros do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil - ENCOGE

O ENCOGE é realizado desde 1994, a cada quatro meses, com o objetivo de aperfeiçoar e melhorar a prestação dos serviços judiciais e extrajudiciais dos estados e do Distrito Federal, além de promover a celeridade processual e a aproximação da Justiça com a população.

Atualmente, o Colégio se constitui uma das mais importantes entidades do Sistema de Justiça, uma vez que reúne representantes de todo Brasil que propõem medidas concretas para o aperfeiçoamento do Judiciário.

Neste biênio, a Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém se fez representar nos diversos Encontros Nacionais de Corregedores:

- 68º ENCOGE – 25 a 27 de março de 2015



Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça em Teresina-PI

O evento foi realizado em Teresina (PI) e teve como tema central a “Gestão da Informação – Garantia de Celeridade e Efetividade”.

Durante o Encoge foram debatidas iniciativas como “Audiência de Custódia”, “Sistema Integrado de Correições” e “Regulamentação e Registro Eletrônico de Imóveis”. Alguns dos assuntos discutidos no Congresso são a efetividade do novo Código Civil, gestão das serventias estaduais extrajudiciais nas unidades de Primeiro Grau, iniciativas inovadoras no processo de adoção internacional, projetos sociais no âmbito do Judiciário e o combate ao “uso predatório da Justiça”.

- 69º ENCOGE – 26 a 28 de agosto de 2015



Corregedores de Justiça do Brasil reunidos no 69º Encoge

Sob o tema “Atuação integrada do Sistema de Justiça – Projetos e Parcerias”, o evento foi realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Ocorreram debates variados, como “A Importância Estratégica dos Serviços Extrajudiciais”, “Mandado de prisão eletrônico e GMF – identificação biométrica de presos”, “Atuação do Judiciário e Opinião Pública: reflexões sobre a comunicação estratégica no fortalecimento institucional”, “Regularização Fundiária na perspectiva integrada: parcerias entre Judiciário, Executivo e Legislativo na garantia do direito social à moradia” e “Impactos do novo CPC”.

Como resultado, destacou-se a formação de uma Comissão de Corregedores para atuar junto ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a adequação das disposições do novo Código de Processo Civil às realidades dos Tribunais estaduais e de suas corregedorias.

- **70º ENCOGE – 18 a 20 de novembro de 2016**

Realizado em Barreirinha (MA), recebeu o tema de “O Futuro da Justiça: perspectivas em um cenário desafiador”.

Teve como programação a valorização das boas práticas desenvolvidas pelas corregedorias. Não teve representação do TJPA.

- **71º ENCOGE – 30 de março a 01 de abril de 2016**



Foto Oficial do Encontro

Com a escolha do tema “As Corregedorias e a Gestão da Jurisdição”, o 71º ENCOGE foi realizado em Cuiabá.

A programação contou com painéis discutindo acerca dos assuntos ‘Redescobrimos os Juizados Especiais’, ‘Operacionalização das Metas do Conselho Nacional de Justiça’, ‘O PJE e a realidade nacional’, ‘O Novo CPC e a normatização das Corregedorias Gerais’, ‘APAC: Redenção de Execução Penal’ e ‘A efetivação de Mediação e Conciliação: qualificação do profissional e o Novo Código de Processo Civil’.

No segundo dia do evento, os painéis foram ‘Governança Diferenciada das Execuções Fiscais’, ‘Algumas inovações do Novo Código de Processo Civil no Foro Extrajudicial’, ‘Adoção Doméstica e Internacional: experiências e caminhos’, ‘A justiça nos bairros: experiência do TJPR’ e ‘Juizado do Meio Ambiente: experiência do TJMT’.

- 72º ENCOGE – 11 e 12 de agosto de 2016



Corregedores do Brasil e Min. Nancy Andrigh

Realizado em Brasília, teve como tema “os Impactos do Novo Código de Processo Civil e as Corregedorias Gerais da Justiça: tendências e resoluções”.

Nos dois dias de trabalhos, os corregedores debateram, em painéis, a “Regulamentação das modificações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil: Atos Normativos do CNJ”, a “Regulamentação das Modificações do Novo Código de Processo Civil pelas Corregedorias Gerais de Justiça dos Estados”, “Os impactos do Novo Código de Processo Civil no foro extrajudicial: reflexos na normatização administrativa”, e “As Corregedorias Gerais da Justiça e a unificação do sistema de execução penal”.

73º ENCOGE – 23 a 25 de novembro de 2016



Foto Oficial do Encontro

O último ENCOGE realizado durante este biênio foi realizado em São Paulo (SP) e teve como tema “A Corregedoria na Pós-Modernidade: Por Um Novo Kairós”.

O tema foi esclarecido pelo Corregedor do TJSP, o qual destacou que “o vocábulo grego ‘kairós’ significa ‘momento certo, momento oportuno ou momento supremo...’.

Na ocasião, tiveram destaques os seguintes debates: “A relação juiz-imprensa, as mídias sociais, a lei orgânica da magistratura nacional e a ética. Por um novo kairós (caminho). Considerações, críticas e propositivas”, “o novo código de processo civil – a direção material do processo pelo juiz: exercício de seus poderes e princípio da cooperação” e “audiência de custódia e violência doméstica”.

PROVIMENTOS EDITADOS

Provimentos da CJRMB:

Provimento n.º 001/2015-CJRMB

Altera o Provimento n.º 004/2011-CJRMB acerca da função de Juiz Corregedor dos Presídios e altera o art. 9º do Provimento n.º 002/2008-CJRMB que dispõe sobre a instalação e composição do Conselho da Comunidade da RMB.

Provimento n.º 002/2015-CJRMB

Altera o art. 2º do Provimento n.º 004/2014-CJRMB, que dispõe acerca do novo zoneamento para os Oficiais de Justiça do Serviço de Execução Fiscal.

Provimento n.º 003/2015-CJRMB

Dispõe sobre a suspensão da vigência do Provimento n.º 005/2014-CJRMB que estabelece normas sobre o cumprimento de mandados na Região Metropolitana de Belém.

Provimento n.º 001/2016-CJRMB

Dispõe sobre a vigência do Provimento n.º 005/2014-CJRMB que estabelece normas sobre o cumprimento de mandados na Região Metropolitana de Belém e acrescenta o art. 4º, passando o antigo o art. 4º a ser o art. 5º.

Provimento n.º 002/2016-CJRMB

Dispõe sobre procedimento de remessa de correspondência com recibo de entrega enviada por esta Corregedoria da Região Metropolitana de Belém aos oficiais de justiça da RMB.

Provimento n.º 003/2016-CJRMB

Estabelece quais Varas de Registro Público da Comarca da Capital que serão responsáveis pelo recebimento do Livro Diário Auxiliar, oriundos dos Cartórios Extrajudiciais.

Provimento n.º 004/2016-CJRMB

Dispõe sobre a independência de funcionamento das Centrais de Mandados dos Fóruns Cível e Criminal de Belém.

Provimentos Conjuntos CJRMB/CJCI:

Provimento Conjunto n.º 001/2015-CJRMB/CJCI

Dispõe sobre o Código de Normas e Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará e revoga o Provimento Conjunto n.º 009/2012-CJRMB/CJCI.

Provimento Conjunto n.º 002/2015-CJRMB/CJCI

Dispõe sobre as normas gerais atinentes às centrais de mandados e dá outras providências.

Provimento Conjunto n.º 003/2015-CJRMB/CJCI

Retira a ressalva contida na parte final da nota inserida no Provimento Conjunto n.º 002/2006.

Provimento Conjunto n.º 004/2015-CJRMB/CJCI

Altera o início da vigência do Provimento n.º 002/2009-CJRMB/CJCI

Provimento Conjunto n.º 005/2015-CJRMB/CJCI

Altera a redação do art. 1º do Provimento Conjunto n.º 009/2014-CJRMB/CJCI, para especificar o meio digital pelo qual devem ser enviados os alvarás de soltura e os mandados de prisão à Secretaria Estadual de Segurança Pública (SEGUP) e à SUSIPE (Superintendência do Sistema Penal), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Provimento Conjunto n.º 006/2015-CJRMB/CJCI

Acrescenta um parágrafo ao art. 834 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, e o parágrafo único passa a ser § 2º do referido dispositivo.

Provimento Conjunto n.º 007/2015-CJRMB-CJCI

Altera os artigos 2º e 3º do Provimento Conjunto n.º 017/2014-CJRMB/CJCI e os artigos 132 e 133 do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais e dá outras providências.

Provimento Conjunto n.º 008/2015-CJRMB/CJCI

Dispõe sobre a limitação de venda de selos de segurança como instrumento de racionalização de despesas e de controle e fiscalização dos cartórios extrajudiciais no cumprimento das obrigações previstas na Lei Estadual n.º 6.094, de 17 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

Provimento Conjunto n.º 001/2016-CJRMB/CJCI

Alteração do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

Provimento Conjunto n.º 002/2016-CJRMB/CJCI

Atualizar os valores das multas previstas no art. 132, § 2º e art. 133, § 2º, do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

Provimento Conjunto n.º 003/2016-CJRMB/CJCI

Alteração do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

Provimento Conjunto n.º 004/2016-CJRMB/CJCI

Dispõe sobre a guarda, armazenamento, depósito judicial e destinação de armas de fogo e munições apreendidas em inquéritos policiais, processos ou procedimentos criminais.

Provimento Conjunto n.º 005/2016-CJRMB/CJCI

Acrescenta parágrafos ao artigo 38 e parágrafo único ao artigo 139 do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais e dá outras providências.

Provimento Conjunto n.º 006/2016-CJRMB/CJCI

Reajusta o valor da taxa de pedido emergencial de selos de segurança.

Provimento Conjunto n.º 007/2016-CJRMB/CJCI

Altera o art. 8º do Provimento Conjunto n.º 003/2011-CJRMB/CJCI.

Provimento Conjunto n.º 008/2016-CJRMB/CJCI

Regulamenta o fornecimento de informações sobre separações e divórcios ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Provimento Conjunto n.º 009/2016-CJRMB/CJCI

Regulamenta as Correições Virtuais nas unidades judiciárias das comarcas do Estado do Pará.

Provimento Conjunto n.º 010/2016-CJRMB/CJCI

Dispõe sobre a fixação de honorários de perito e o pagamento pela prestação de serviços por perito, tradutor e intérprete em processos sob assistência judiciária, no âmbito da Justiça Estadual em 1º e 2º Graus, e dá outras providências.

Provimento Conjunto n.º 011/2016-CJRMB/CJCI

Altera a redação do Art. 12 do Provimento Conjunto n.º 002/2015-CJRMB/CJCI.

Provimento Conjunto n.º 012/2016-CJRMB/CJCI

Altera o § 6º do art. 1º do Provimento Conjunto n.º 007/2016-CJRMB/CJCI.

Provimento Conjunto n.º 013/2016-CJRMB/CJCI

Regulamenta o cadastramento dos dados de devedores no Sistema, no caso de alteração do polo passivo da ação, e a expedição de Mandados de citação ou intimação em nome do responsável pela obrigação, para garantir maior eficácia no recolhimento das custas judiciais, no caso de sucumbência, e dá outras providências.

Provimento Conjunto n.º 014/2016-CJRMB/CJCI

Altera a redação do art. 1º do Provimento Conjunto n.º 008/2015-CJRMB/CJCI e atualiza o valor de comercialização dos selos de segurança, e dá outras providências.

Provimento Conjunto n.º 015/2016-CJRMB/CJCI

Dispõe sobre a atualização monetária das Tabelas de Emolumentos anexas à Lei Estadual n.º 8.331, de 29 de dezembro de 2015, e dá outras providências.

DADOS ESTATÍSTICOS

Provimentos	
ANO	QUANTIDADE
2015	03
2016	05

Pedido de Providência / Reclamações	
ANO	QUANTIDADE
2015	560
2016	663

Provimentos Conjuntos	
ANO	QUANTIDADE
2015	09
2016	16

Representações	
ANO	QUANTIDADE
2015	15
2016	13

Ofícios e Memorandos	
ANO	QUANTIDADE
2015	3622
2016	3059

Sindicâncias	
ANO	QUANTIDADE
2015	32
2016	15

Avisos	
ANO	QUANTIDADE
2015	09
2016	33

PAD's	
ANO	QUANTIDADE
2015	19
2016	23

Comunicados	
ANO	QUANTIDADE
2015	141
2016	155

Promoções	
ANO	QUANTIDADE
2015	23
2016	20

Decisões	
ANO	QUANTIDADE
2015	1882
2016	2188

Remoções	
ANO	QUANTIDADE
2015	16
2016	30

ACERVO FOTOGRÁFICO



Equipe do Gabinetes das Juízas Corregedoras



Chefia de Gabinete



Assessoria Jurídica



Projeto Renovar



Servidores da Área Administrativa da CJRMB



CEJAI



CJRMB e Diretores do Fórum Cível e Criminal reunidos com magistrados da Capital



Desembargadores do TJPA em posse dos 5 novos desembargadores



Desa Diracy Alves e Abrigo Calabriano, na 2ª Caminhada pelo Direito de Ser Filho



Desa Diracy Alves e Abrigo Tia Socorro na 2ª Caminhada pelo Direito de Ser Filho



Desa. Direcy Alves presidindo sessão da CEJAI



Entrega de Certificado - Curso profissionalizante do SENAI



Desa. Diracy Alves discursando em posse de juizes na 3ª entrância



Comissão de Organização Judiciária e Assuntos Legislativos reunida



1Desa. Diracy Alves e Desa. Gleide Moura no XX ENAPA

AGRADECIMENTOS

A caminhada frente a Corregedoria da Região Metropolitana chegou ao fim. Foram 02 (dois) anos intensos, com percalços, mas que propiciaram grandes aprendizados e realizações.

Tenho a convicção da expressividade dos resultados e do trabalho incansável de todos os servidores que me auxiliaram, contribuindo para um Judiciário célere e comprometido.

Hoje, o sentimento é de gratidão e de dever cumprido. Gratidão, inicialmente, à Deus, por ter me proporcionado mais esta experiência junto ao Poder Judiciário, bem como por ter a certeza de que Ele esteve ao meu lado, me guiando e iluminando em minhas escolhas.

Agradeço a todos os componentes da CJRMB, em especial às juízas auxiliares desta Corregedoria, os quais abraçaram meus anseios e seguiram comigo nesta missão. Todos, sem exceção, demonstraram seriedade e profissionalismo na realização de seus trabalhos, sempre demonstrando motivação e compromisso com o trabalho.

Agradeço, também, ao Desembargador Presidente Constantino Augusto Guerreiro que, de forma cordial e dentro das possibilidades, sempre apoiou as atividades aqui realizadas, colocando sua equipe à disposição.

Também não poderia deixar de citar o apoio dos Excelentíssimos Desembargadores que colaboraram com esta gestão, destacando o decano da Corte, Des. Milton Augusto de Brito Nobre, o qual, por

diversas ocasiões, respondeu por esta Corregedoria de forma sempre comprometida e empenhada.

Aos demais gestores que compuseram o Tribunal de Justiça do Pará, agradeço o apoio oferecido. Neste ponto, dirijo-me a Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, Desa. Maria do Céu Maciel Coutinho, que, neste biênio, fortaleceu significativamente as ações conjuntas entre as Corregedorias, de forma a unificar as orientações dadas aos magistrados e servidores do TJPA.

Minha deferência aos diretores de fórum e magistrados da Região Metropolitana de Belém, os quais colaboraram para o bom andamento das ações deste Órgão, sempre participativos e atenciosos às demandas de interesse.

Por fim, registro elogios à equipe do Projeto Renovar, a qual, mesmo em número reduzido, não mediu esforços para concretização dessa grandiosa colaboração ao Judiciário Paraense. Na oportunidade, registro que disponibilizo à gestão que assumirá, bem como aos magistrados que tiverem interesse em sua implementação, conjuntamente com a cartilha de orientação.

Despeço-me certa de que fiz o meu melhor!

Desa. Diracy Nunes Alves
Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém



RELATÓRIO DE GESTÃO CJRMB

Tribunal de Justiça Do Estado Pará
Corregedoria de Justiça da RMB

Biênio 2015/2017